

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA AO ECOSSOCIALISMO: ENTRE A CONCILIAÇÃO COM O SISTEMA DO CAPITAL E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HORIZONTE¹

Alexandre Maia do Bomfim²

Goreng: *[Todos] Precisam racionar a comida! (...)*
Trimagasi: *Ei, ei, ei... Você é comunista?*
Goreng: *Sou razoável. Racionamento seria justo...*
Trimagasi: *Os de cima não escutam comunista!*
[Diálogo entre os personagens principais do filme “O Poço” (El Hoyo)].

Antes de fazer a Apresentação deste número temático sobre *Trabalho, Natureza e Educação Ambiental Crítica*, editado pela *Revista Trabalho Necessário* (TN), vale registrar o momento histórico dessa escrita. Há poucos dias tivemos a eleição presidencial mais acirrada de todos os tempos no Brasil. Acabamos de eleger Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 30 de outubro de 2022, para mais um mandato de quatro anos, que será seu terceiro. Lula derrotou o presidente Jair Bolsonaro, primeiro presidente que não se reelege no Brasil por meio do voto democrático. Lula obteve 60.345.999 (50,90%) de votos, enquanto Bolsonaro obteve 58.206.354 (49,10%), quer dizer, menos de 2% foi a distância entre os dois adversários³. É um Brasil profundamente polarizado, como nunca se viu. Vale compreender que estar polarizado é mais do que estar dividido. Dividido, o Brasil sempre foi. A diferença é que as divisões anteriores traziam mais frações da sociedade para o momento do pleito, ao menos para o primeiro turno, mas não foi assim nessa eleição, porque desde o primeiro momento só houve dois candidatos,

¹ Recebido em 08/11/2022. Aprovado pelos editores em 09/11/2022. Publicado em 10/11/2022.
DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.56449>.

² Doutor em Ciências Humanas-Educação. Professor Associado III do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (Propec) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) E-mail: alexandre.bomfim@ifrj.edu.br. lattes <http://lattes.cnpq.br/9426535856477661>.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5617-2229>.

³ Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em novembro de 2022.

de fato. Dessa forma, deu-se margem também para as polarizações conceituais para apreender (ou até orientar) a disputa política que foi se observando. Utopia ou barbárie? Neofascismo ou democracia? Comunismo ou conservadorismo? Direita ou esquerda? Na maior parte das vezes, debates postos para serem superficiais, sem esforço de reflexão, sem leitura, sem pesquisa, sem lastro de realidade. E a arena principal desses debates ocorrendo nas redes sociais digitais. Uma arena política muito diferente de outros tempos, porque nela os debates não são resolvidos, não há vencedores (ou relativamente só depois do pleito), os temas não se desenvolvem, os preconceitos são mantidos, as diferenças não são postas frente a frente; os lados opostos até tangenciam um ao outro, mas somente para que os conceitos possam retornar para seus próprios grupos (bolhas) de forma subordinada.

É nesse contexto sociopolítico-digital que entregamos esse número 43 da *Revista Trabalho Necessário* para uma reflexão urgente sobre a relação que precisamos obter com o meio ambiente, sobre a relação metabólica que nós, seres sociais e políticos, possuímos com a natureza. Aqui estamos considerando a tríade “Trabalho, Ambiente e Educação”, viemos fazer essa reflexão tendo sempre como pano-de-fundo a crítica ao sistema do capital e subsidiados pela teoria marxista. Nosso propósito aqui é trazer nossa trajetória e ter um pouco de ousadia, no caso reconstruir a esperança e indicar o futuro. Desde o título desta Apresentação queremos demonstrar que acumulamos na Educação Ambiental Crítica e, sem subterfúgios, tentar puxar o futuro para nós, ensaiando a utopia de uma sociedade ecossocialista.

Há algum tempo trabalhamos com a Educação Ambiental (EA), há algum tempo estamos na busca de teorizar e praticar uma educação intencionalmente crítica, que fosse capaz inclusive de convergir com nossa trajetória anterior, marxista, pertencente à área de Trabalho e Educação. Inevitavelmente tivemos que adjetivar nossa EA, um pouco para distingui-la de “outras educações”, mas sobretudo para salientar as nossas características: ser crítica ao sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002) e considerar a perspectiva do conflito, a luta de classes. Dessa forma que aqui estamos, com nossa compreensão de Educação Ambiental Crítica (EA-crítica), a que nos filiamos e para onde tentamos constituir nossas leituras, nossas pesquisas, nossa prática... E nos distinguir de “outras educações” significa

nos diferenciar, evidentemente, daquelas alinhadas ao sistema do capital, nos diferenciar também das que se pretendem reformistas porque entendem ser possível um grau de crítica desassociado da meta inegociável de transformar a sociedade.

Certamente que esse nosso percurso, ainda que busque constituir sua própria massa crítica, não é linear, tem suas idas e vindas, porque é dialético. É um percurso feito dentro de um grupo de pesquisa⁴, receptivo às pessoas que passaram por nós (discentes, docentes, pesquisadores) e nada imune aos momentos históricos. Se em alguns momentos podemos reivindicar uma crítica de vanguarda que reivindique o socialismo e que nos permita dizer inclusive que “desenvolvimento sustentável” é um termo insuficiente; noutra momento, precisamos realizar o mais básico dos posicionamentos, como lutar pelos direitos sociais básicos, reivindicar a democracia, defender a ciência contra o obscurantismo. De qualquer maneira, nossa reflexão sempre procurou estar próxima da escola:

Quando pensamos neste [estudo], não pressupomos que a “Questão Ambiental” estivesse fora da Educação Básica, como também não pressupomos que fosse suficiente sua entrada e permanência. Ao contrário, pressupomos que precisávamos nos contrapor a algo estabelecido, em termos de “Educação em Ciências”, em termos de “Educação Ambiental”... Propomos uma ciência politizada! Nossa prática ideológica é buscar o conhecimento. Cada vez mais, vamos entendendo que a Educação Ambiental Crítica (EA-crítica) é aquela que quer conhecer até o fim, que quer o aprofundamento das questões, enquanto a educação conservadora quer exatamente camuflar ou simplesmente manter-se na superfície. Esta é nossa definição mais básica para a EA-crítica... (*Contracapa do livro “A Questão Ambiental na Educação Básica, BOMFIM et al, 2015).*

O contexto atual está mais adverso, os conceitos estão sendo disputados em novas bases, como exemplo, agora nos vemos na luta contra o fascismo ou neofascismo⁵. Neste momento, o simples ato de educar e fazer ciência se tornou um ato subversivo. Nessa hora, talvez nem fosse estratégico dizer que nossa Educação Ambiental Crítica nos leva ao Ecosocialismo.

Isso não nos impede de ter a esperança de que no futuro nossas reflexões encontrem mais ressonância na sociedade. No final deste texto, faço a apresentação

⁴ Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ.

⁵ No momento que estamos fechando este texto, poucos dias após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no pleito eleitoral (que ocorreu no dia 30 de outubro de 2022), no Brasil assistimos manifestações de pessoas identificados com o fascismo que reivindicam intervenção militar contra o resultado das eleições.

dos trabalhos desta TN 43, mas posso adiantar que são, de maneira geral, também críticos à sociedade capitalista. Mas, é bom não aprisioná-los ao posicionamento que assumimos aqui com o Ecosocialismo; esse é nosso, recente e ponto culminante de nossa caminhada teórica. Essa caminhada que encontrou oportunidade e acolhimento aqui na *Revista Trabalho Necessário*, periódico do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e à Faculdade de Educação, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Aqui, trazemos um pouco do nosso percurso teórico-político, de como saímos de um “ecologismo correto”, passando pela crítica ao conceito economicista de Desenvolvimento Sustentável, indo pela incorporação da luta de classes, reivindicando a análise dos conflitos socioambientais, apreendendo outras possibilidades e sociabilidades com os povos originários, considerando atividades contraditórias no interior do capitalismo (como a agroecologia), até chegar ao horizonte do ecosocialismo.

Por que a EA não vem dando certo?

Fazemos aqui um encadeamento de reflexões, a partir de nossas leituras e nossas pesquisas (BOMFIM, 2021). Começamos com Michael Löwy (2005) que tentou convergir a pauta da luta dos socialistas (os vermelhos) com a dos ambientalistas (os verdes) para criticar o “sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2002). Ele distinguiu os próprios ambientalistas e mostrou que alguns estão em militância ineficaz quando defendem “desenvolvimento sustentável” porque propõem uma conciliação com o capital. Por outro lado, Löwy mostrou aos vermelhos que a preocupação com o meio ambiente deveria ser incorporada, pois não é só importante, mas central, apontando que além da luta pela tomada do Estado, deve-se garantir que se torne ecológico. Não obstante, o primeiro Löwy ecosocialista não conseguiu ir muito além disso, obteve algumas críticas importantes que identificamos em duas vias. A primeira crítica que recebeu (ainda que tenha sido apenas uma ressalva), foi a de que ele poderia ter percebido que no próprio materialismo histórico-dialético já havia os pressupostos para se considerar a

questão ambiental, porque o método proporciona isso e não deveria ter se detido aos momentos que essa reflexão ainda era incipiente.

(...) Michael Löwy criticou (...) passagem [do Manifesto Comunista] como uma manifestação da atitude ingênua de Marx em relação à modernização e ignorância sobre a destruição ecológica embutida no desenvolvimento capitalista (...).

Mesmo que sua interpretação reflita com precisão o pensamento de Marx à época, a crítica de Löwy dificilmente pode ser generalizada para toda a obra de Marx, uma vez sua crítica ao capitalismo se tornou cada vez mais ecológica a cada ano que passou. (...) a evolução de seu pensamento subsequente (...) mostra que, em seus últimos anos, Marx ficou seriamente preocupado com o problema do desmatamento (...). (SAITO, 2021, p. 316).

A segunda crítica, que consideramos mais grave, ocorreu quando Löwy tangenciou uma ideia que pode ter descaracterizado a “luta de classes”:

(...) O combate para salvar o meio-ambiente, que é necessariamente o combate por uma mudança de civilização, é um imperativo humanista, que diz respeito não apenas a esta ou àquela classe social, mas ao conjunto dos indivíduos. (LÖWY, 2005, p. 73).

Löwy, nesse momento, marcou uma distância conceitual em relação ao marxismo, quando complementou dizendo que a destruição da natureza seria “a segunda contradição do capitalismo” (preservada a compreensão que a primeira contradição é a exploração do trabalho pelo capital). Contrários a esse primeiro Löwy, com o aporte de Chesnais e Serfati (2003), prosseguimos compreendendo que a contradição original do capitalismo continuaria ser a necessidade de o capital valorizar-se pela exploração do trabalho. Na verdade, a degradação da natureza não é uma contradição para o capital, porque não se opõe às máximas da economia capitalista (como a valorização advinda da escassez). Esse primeiro ecossocialismo de Löwy permitiu a ideia de que as responsabilidades com a degradação ambiental se dariam da mesma forma entre indivíduos e grupos sociais, como também assim seriam as experimentações das mazelas.

Não obstante, um segundo Löwy emerge num texto de 2013, aparando essas arestas, mencionando Walter Benjamin, relembra que “o capitalismo nunca vai morrer de morte natural” (*op. cit.*). Nesse artigo, recupera a luta de classes, alcança que a agressão ao meio ambiente não é contradição para o sistema do capital e recupera a urgência da revolução. E mais, esse texto acertou profeticamente o que viria ocorrer no capitalismo contemporâneo, ao indicar que: “(...) o sistema

continuará a explorar o planeta, até que a própria vida humana se encontre ameaçada” (LÖWY, 2013, p. 79).

Depois disso, reajustadas essas ideias de Löwy, vale registrar para todos nós que: se a degradação da natureza não é contradição para o capital, é para o ser humano!⁶ Vamos à crítica do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”.

“Desenvolvimento Sustentável” (DS) é resultado de uma disputa, que na superfície pode parecer apenas de termos, mas que no fundo traz as compreensões e orientações para as políticas públicas (LAYRARGUES, 1997). DS é expressão de teor economicista da perspectiva conciliatória com o capital, conceituação limitada que remete sua preocupação às gerações futuras (o que implicaria numa indeterminação) para não se comprometer com as gerações presentes.

Nessa recuperação de nosso percurso desenvolvimento teórico-metodológico, vale trazer o conceito de “trabalho” enquanto categoria sociológica chave. O trabalho, em seu sentido ontológico, é a própria mediação metabólica⁷ entre homem e natureza, onde se realiza a reprodução da vida e a constituição da própria cultura. Os homens experimentam diferentes culturas, caracterizam-se pela diversidade, ou seja, não precisamos ter respostas únicas para relação com a natureza. E mais, podemos considerar que culturas que elevaram à vida num momento inicial, no seu *devir* podem se tornar “culturas de morte”

(...) Nós não devemos nos vangloriar demais das nossas vitórias humanas sobre a natureza. (...) É verdade que cada vitória nos dá, em primeira instância, os resultados esperados, mas em segunda e terceira instâncias ela tem efeitos diferentes, inesperados, que muito frequentemente anulam o primeiro. (ENGELS apud LÖWI, 2005, p. 22).

Povos originários, por exemplo, podem nos oferecer caminhos melhores para nossa vida como elemento da natureza.

Mészáros (2002), nos indica: não há caminho conciliatório com o sistema do capital. É possível que por conta de uma análise de conjuntura, por conta de uma luta política contextualizada, seja necessário fazer concessões. Não obstante, essas

⁶ “(...) não é possível construir o socialismo num planeta arrasado.” (prefácio de Sabrina Fernandes em SAITO, 2021, p. 14).

⁷ “(...) conceito de metabolismo, embora não fosse utilizado uniformemente por Marx, embasa sua compreensão da natureza, e por consequência dos seres humanos, sob o capital. (...) (prefácio de Sabrina Fernandes em SAITO, 2021, p. 14).

concessões precisam ser logo reavaliadas, não podem perdurar. Esses momentos são difíceis de refletir, por isso que os estudos teóricos estruturais precisam continuar, guiar-se pelo aprofundamento dos temas e análise, como desejar o compartilhamento etc.

Mészáros (2005) até indica caminhos à Educação, mas desde que seja inconciliável com o sistema do capital. Com esse autor, é possível constituir uma educação com “aspirações emancipatórias” (MÉSZÁROS, 2002), exatamente numa reconstrução em que nos colocamos absolutamente no lado antagônico à educação formal capitalista. Isso também vale para a EA-crítica. Há um limite teórico-prático para nós, a partir desse estudo de Mészáros: como buscar essas aspirações emancipadoras no interior da escola formal, supostamente reprodutora e favorável ao capital?

Num esforço de sintetizar a reflexão e a contribuição dos autores que nos acompanharam (e até a militância) até aqui, instituímos “praxicamente” as “Onze Teses para (constituir) uma EA-crítica” (BOMFIM, 2011): I) resgatar o humanismo; II) desmitificar o capitalismo, apontando que a depredação do ambiente não é uma contradição para o capital; III) mostrar os limites do desenvolvimento sustentável; IV) manter-se em revisão permanente; V) criticar a perspectiva conservadora da EA; VI) mostrar os limites das propostas comportamentalistas e individualistas da EA; VII) problematizar ou redimensionar as ações paliativas à questão ambiental; VIII) denunciar os principais responsáveis pela degradação ambiental; IX) mostrar quem mais sofre com a degradação; X) mostrar que a proposta idealista de conscientização ambiental tende a ser insuficiente à transformação; XI) buscar aspirações e experiências emancipadoras.

Enfim, chegamos à conclusão que na relação trabalho, ambiente e educação há um ponto de interseção que une os termos, criticamente: o “conflito socioambiental”. Pressupor o conflito socioambiental é pressupor que a luta de classes se mantém no interior do sistema do capital, em todas as suas frentes, desde as mais evidentes até as mais disfarçadas, desde a luta por território, desde o que passa pela expansão de grileiros e garimpeiros sobre terras indígenas, até os produtos camuflados por selos ecológicos (que dissimulam algumas empresas capitalistas que se dizem preocupadas com o meio ambiente). É a perspectiva do conflito que pode garantir o movimento da crítica, que buscará o conhecimento pela

investigação, pelo desvelamento, pela denúncia. Essa perspectiva também busca aspirações e experiências emancipatórias.

O sistema do capital, em sua fração mais reacionária, promove a rejeição da ciência, propõe mordida aos educadores, faz proselitismo, mas até sua fração liberal reitera propagandas que mais escondem do que mostram os interesses de classe (como as do agronegócio). No fim das contas, no quarto dos fundos do capitalismo se mantém o latifúndio, o desmatamento, as indústrias poluidoras, a pilhagem da natureza, a submissão dos grupos originários etc. O capitalismo continua pujante em suas características principais, como a exploração do trabalho, o processo de mercantilização de tudo e o aprisionamento do Estado nas mãos de uma minoria. A questão ambiental, exatamente por não ser uma contradição imediata ao sistema do capital, se torna mais vulnerável. O capitalismo pode destruir a natureza até a última folha. Essa falta de cuidado inerente do capitalismo com o ambiente, certamente, engendrará eventos extraordinários (como uma pandemia!), mas o curioso é que nem isso garante que a sociedade enxergue. Por isso, a educação é urgente, a educação científica é imprescindível, a educação política sempre. Por conta de tudo isso que dizemos que a Educação Ambiental conciliatória, infelizmente a que mais encontramos nas escolas, não está dando certo, porque é uma “educação até certo ponto”, não pode ir até o fim, porque fica nos primeiros momentos, caracteriza-se como comportamentalista, pacificadora, reativa, paliativa, ou mesmo em atraso...



Imagem 1: Charge Brasil da 1ª Mostra Internacional de Humor sobre EA (2012).

Fonte: <http://cpeasul.blogspot.com/2012/09/1-selecionado-na-1-mostra-internacional.html>. Acesso em novembro de 2022.

Depois que fracassa, torna-se a educação das contingências e das mitigações.



Imagem 2: Charge Uzbequistão da 1ª Mostra Internacional de Humor sobre EA (2012). Fonte: <http://cpeasul.blogspot.com/2012/09/1-selecionado-na-1-mostra-internacional.html>. Acesso em novembro de 2022.

A EA-crítica não se opõe às primeiras ações do que seria a EA “conciliatória”, ou “conservadora”, opõe-se aos limites que esse tipo de educação se coloca. A EA-crítica não deve ser contra a “coleta seletiva de materiais recicláveis” nas escolas, não deve ser contra a “horta escolar ou comunitária”, mas associa essas ações (como ponto-de-partida) para reflexões mais amplas, que vão desde a irresponsabilidade do descarte que fazem as empresas capitalistas, até questões de consumismo estrutural na economia. Mais de 97% das escolas brasileiras dizem fazer educação ambiental (TRAJBER e MENDONÇA, 2007), mas que tipo de educação ambiental fazem?

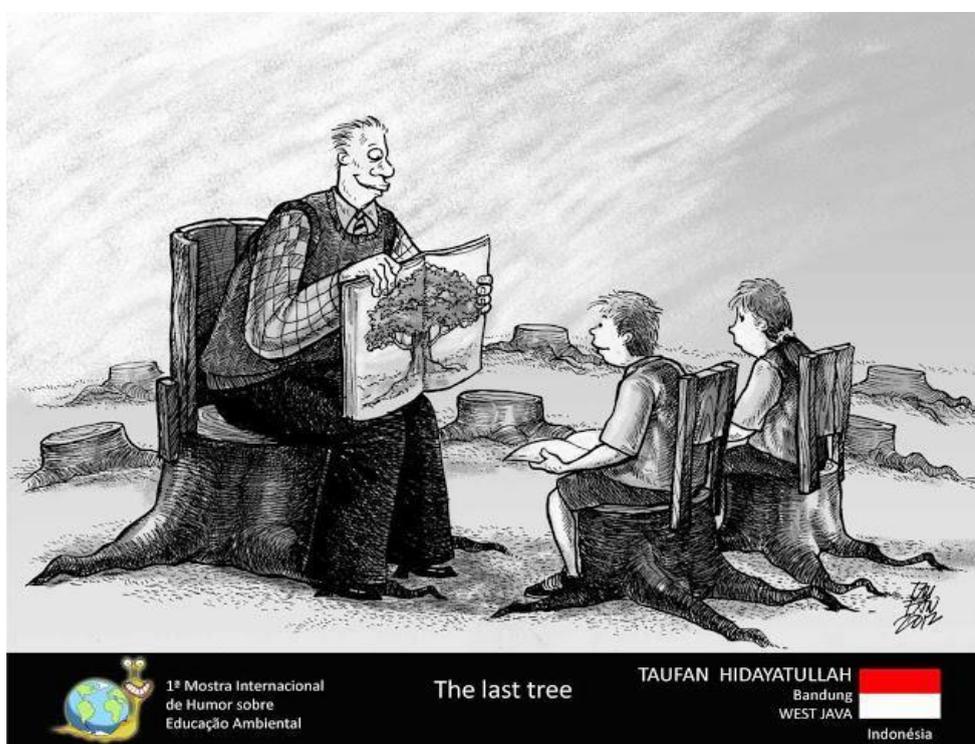


Imagem 3: Charge Indonésia da 1ª Mostra Internacional de Humor sobre EA (2012).
Fonte: <http://cpeasul.blogspot.com/2012/09/1-selecionado-na-1-mostra-internacional.html>. Acesso em novembro de 2022.

E como chegamos ao entendimento que precisamos refletir sobre uma Educação para o Ecosocialismo ou, pelo menos, para uma Educação que considere a superação do sistema do capital? Porque entendemos que, no interior do sistema do capital, o meio ambiente é visto exclusivamente como recurso, mesmo quando se reconhece haver serviços ambientais, porque todo o restante do processo de valorização do capital tende a extrair da natureza o que for necessário,

sem considerar qualquer risco de colapso. E porque a questão ambiental não é uma contradição imediata e evidente ao capital e porque a escassez ajuda no processo de mercantilização, com isso nutre-se a fé que as leis podem atrasar esse colapso, assim como outras ações paliativas do Estado. Com essa compreensão, não há como garantir criticidade à educação ambiental que fica na conciliação com o capital e dentro da ortodoxia econômica dos *homens de negócio*.



Imagem 4: Charge Alemanha da 1ª Mostra Internacional de Humor sobre EA (2012). Fonte: <http://cpeasul.blogspot.com/2012/09/1-selecionado-na-1-mostra-internacional.html>. Acessado em novembro de 2022.

O capitalismo é uma sociedade histórica que não extinguiu a luta de classes e seu processo civilizatório não tem como se estender para maior parte da população, da mesma forma que o homem não lhe é central, a natureza também não... Destarte, nossa insistência com a reflexão sobre o ecossocialismo é também possibilitar à esquerda mais um item para sua retomada, para que possa obter seu protagonismo político em novas bases, especialmente para um país com as características do Brasil, com enorme extensão territorial e biomas extraordinários.

Quem veio e de que forma veio refletir a Educação Ambiental Crítica na TN 43?

Antes de iniciarmos as apresentações dos trabalhos que aqui vieram, vale registrar as duas datas redondas a que chegamos: os 50 anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo; e os 30 anos da Eco-92, no Rio de Janeiro. Duas datas emblemáticas para o movimento ambientalista, que fazem com que as reflexões aqui sejam ainda mais oportunas. Não obstante, vale dizer que elas ficaram um pouco despercebidas dentro de um ano eleitoral tão importante para o Brasil. Não poderia ser diferente, porque os projetos políticos dos dois candidatos à presidência da República se mostraram tão antagônicos que preponderaram em relação a esses eventos. Agora, com a confirmação da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no dia 30 de outubro, retomar as Conferências de Estocolmo e do Rio podem se dar sobre novas bases, no mínimo sobre as bases da esperança...

Para compor esta edição da TN 43 fizemos uma chamada pública para que professores-pesquisadores viessem nos ajudar nessa reflexão, outros convidamos diretamente. Vale reproduzir a chamada:

O número temático acolherá pesquisas e estudos teóricos e empíricos que contribuam para análise da historicidade das relações entre seres humanos e natureza, e para a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos de uma Educação Ambiental Crítica (EA-Crítica). Serão reunidos artigos sobre a crítica à sociedade capitalista e que tenham em conta, entre outros, os processos de mercantilização da natureza, de degradação e devastação antrópicas; a análise do avanço do agronegócio, especialmente da monocultura e do neoextrativismo sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais. Será dado destaque às políticas do sistema do capital que têm gerado crimes socioambientais e conflitos, sejam no campo, sejam nas cidades e periferias. Serão consideradas as lutas de classe, formas de resistência, os processos formativos dos movimentos sociais no contexto da educação do campo e da agroecologia, e outras perspectivas antagônicas às do capital, impostas ao meio ambiente. Desejam-se trabalhos calcados em concepções e práticas de Educação Ambiental Crítica (EA-crítica) que se distingam de uma EA acrítica, conservadora e mantenedora da ordem do capital. Destarte, a proposta desse número é publicar estudos que considerem as relações entre trabalho, natureza e ambiente, tendo em conta suas implicações à educação⁸.

⁸ Cf. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/announcement/view/604>.

É, sem dúvida, uma chamada forte. Claro que desejou atrair trabalhos que possuíssem suas “implicações à educação”, listamos o que esperávamos encontrar e convidar, não exatamente fechamos no referencial teórico no marxismo, mas confirmamos que viessem somar para “crítica à sociedade capitalista” e constituir uma Educação Ambiental que se distinguisse da que fosse “conservadora e mantenedora da ordem do capital”... E foi isso que encontramos nos textos que virão, a seguir.

Vale dizer que não seguirei a ordem dos textos como aparece no Sumário e que apresentarei cada um dos trabalhos de forma breve, como sinopses, porque a ideia principal é chegar logo até eles...

Primeiramente, registramos à **Homenagem à Eunice Trein**, nossa queridíssima professora, precisamente a pessoa que fez, de forma pioneira, o que vamos tentando fazer aqui: o encontro da teoria, dos pesquisadores, dos professores e dos militantes da área de “Trabalho e Educação” com a teoria, os pesquisadores, os professores e militantes da área de “Educação Ambiental”. Dentro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) isso corresponde aos GT 09 e ao GT 22, os dois em que a professora Eunice atuou efetivamente. Para complementar essa homenagem reproduzimos um texto antigo da professora intitulado **Educação Ambiental Crítica: crítica de quê?** Nesse texto, a professora Eunice marca sua elegância em dialogar com diferentes visões sobre a Educação Ambiental, no mesmo momento que vai trazendo essa criticidade para o terreno do marxismo, para terminar com atenção à luta de classes.

No texto do professor Philippe Pomier Layrargues, intitulado **Ecologia Política da Sociedade de Consumo e a ‘Produção Destrutiva’ no Limiar do Colapso Ambiental**, percebe-se todo esforço de síntese para associar leituras e dar conta do período expressivo do capitalismo da segunda metade do século XX, especialmente para compreender como chegamos à sociedade atual e aos riscos ambientais iminentes. **Relações Seres Humanos-Natureza: trabalho, cultura e produção de saberes**, dos professores Maria Clara Bueno Fischer e Doriedson do Socorro Rodrigues, é um dos textos que nos ajuda teoricamente a entender esse encontro da área Trabalho e Educação com os temas da relação homem e natureza. O artigo tem também um item a mais, quer é oferecer atenção a outros modos de vida que resistem no interior das contradições capital-trabalho. Nessa mesma

perspectiva, o texto **Educação Ambiental e outros Modos de Vida**, de Marcela de Marco Sobral, Mauro Guimarães e Ana Moura Arroz marca a urgência de se observar comunidades que possibilitem outros “modos de vida”, como alternativas concretas à sociedade, diante da constatação inquestionável que sob o capitalismo temos uma crise civilizatória e um sistema ambientalmente insustentável.

De Gustavo Soares Iorio, Lucas Magno e Guilherme Barbosa de Faria Umbuzeiro temos o texto **Mercantilização da Natureza e Acumulação Capitalista: o licenciamento ambiental em Minas Gerais**. O artigo traz uma constatação grave: as alterações no processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais só corresponderam às expectativas do bloco de poder alinhado com acumulação capitalista. Inevitavelmente faz com que relacionemos isso com as recentes tragédias socioambientais que assolaram o estado de Minas Gerais nos últimos anos. O trabalho **Extensão Rural, Agronegócio e Conservadorismo: os limites de uma política pública para o campo**, de José Carlos de Amaral Júnior e Caroline Becher, discute como a extensão rural pública se encontra, atualmente, impossibilitada de lidar com a diversidade de sujeitos e modos de vida no campo. Esta reflexão é indispensável para entender como o agronegócio se instala e como constrói seu projeto conservador à sociedade.

De Rosa Gouvea de Sousa, Isabela Saraiva de Queiroz e Celso Sánchez Pereira temos o texto **A Proteção e a Promoção das Condições da Saúde Humana Dispostas na Eco-92 em giro pela Educação Crítica Ambiental**. Estudo imediatamente importante porque se atentou à data comemorativa da Eco-92, em certa medida é uma avaliação dessa Conferência que alcança 30 anos de sua realização. O trabalho, especificamente, retoma o debate da saúde enquanto elemento constitutivo da proteção ambiental, a partir do olhar da educação ambiental crítica.

O trabalho **Movimiento Agroecológico “Campesino a Campesino”:** **Experiencias, Participación Popular y Cuestiones Socioambientales en CUBA**, de Jesús Jorge Pérez García, é um artigo internacional que nos dá acesso a uma reflexão para além do solo brasileiro, apresenta resultados de uma pesquisa realizada em comunidades rurais em Cuba (2010 – 2015). O artigo de Ellen Rodrigues da Silva Miranda e Maria Jacqueline Girão Soares de Lima intitula-se **Experiências e Aproximações Teórico-Práticas de Mulheres Quilombolas da**

Amazônia Paraense com o Ecofeminismo. É uma pesquisa sobre mulheres quilombolas, sobre suas experiências de luta, especialmente contra as “privatizações” dos rios, florestas e animais. Em síntese, é um estudo sobre ecofeminismo e sobre feminismo latino-americano.

O artigo **Ecopedagogia na Relação Capital-Natureza**, de Ivo Dickmann e Ana Maria de Oliveira Pereira trata a questão da formação humana e da práxis docente relacionado aos princípios da Ecopedagogia, para repensar uma nova mentalidade socioambiental, como fundamento crítico radical para repensar a construção de uma nova civilização, mais justa, solidária e sustentável. Thiago Vasquinho Siqueira nos brinda com **A “Questão Ambiental” na obtenção da Hegemonia e o Compromisso Ético-Político dos Educadores**. Trata-se de um texto teórico, crítico à apropriação da “questão ambiental” como artifício de obtenção do consenso realizado pela burguesia.

O ensaio **Agronegócio Acima de Tudo, Agronegócio Acima de Todos: desconstruindo a educação antiambiental dos homens de (agro)negócio** é parte de nosso relatório de pós-doutoramento, uma crítica necessária à educação midiática realizada pelo agronegócio, que através de campanhas publicitárias tenta estabelecer uma imagem em que se apresenta como sustentável, mas para velar os momentos em que suas ações são degradadoras e precarizam a vida da classe trabalhadora. Ainda na seção *Ensaio*, dois trabalhos com fotografias participam deste número para mostrar o que o sistema do capital é capaz de destruir. Um deles é de Mahalia Aquino com o título **Viagem de Campo: a extensão do crime ambiental na bacia do Rio Doce**. O segundo é de Denise Belo, em certa medida é também homenagem ao cineasta e escritor Carlos Pronzato, cujo título é **Braskem e Brumadinho: o cinema e a poesia em Carlos Pronzato**. Considerando que muitas vezes as “imagens falam mais que as palavras”, esses trabalhos com fotografias só reiteram a denúncia que a maior parte dos textos dessa TN 43 trouxe: o sistema capitalista, especialmente com suas empresas, é originalmente degradador da natureza, por isso precisa ser freado em sua lógica desenvolvimentista.

No meio desta edição houve espaço também para receber outros quatro textos (**na seção outras temáticas**), que embora não tratem diretamente do que foi indicado para esta TN 43, estão super próximos para refletir conosco o que

anunciamos desde o início: a perspectiva de uma educação anticapitalista que possa ser exercitada no horizonte de uma outra sociedade. O primeiro trabalho é de Marilei Leal da Cruz e Franciele Soares dos Santos, intitulado **A Escola Única do Trabalho e a Experiência Educacional de Moisey M. Pistrak: reflexões sobre o legado da Pedagogia Socialista Soviética**. O segundo texto é o **Educação Integral: uma concepção em disputa** de Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira. E o terceiro de Monique Nunes Fiuza Dias é o trabalho intitulado **O Olhar do Agente Comunitário de Saúde para a sua Prática Profissional: entre o trabalho real e o trabalho prescrito**. O quarto artigo dessa seção tem o título **Migração, Trabalho e Experiência na Ocupação Contestado, em São José - SC** de Lyn Silva e Célia Regina Vendramini.

E agora, na seção Entrevista, destaquemos as duas entrevistas deste número temático da *Revista Trabalho Necessário*. De alguma forma, também é uma homenagem. Trouxemos dois nomes emblemáticos para entrevistar. Um dos entrevistados é certamente uma das principais referências da Educação Ambiental do país, Carlos Frederico Bernardo Loureiro. A outra entrevistada é um nome emblemático para pensarmos a militância ambiental no Brasil, Dercy Teles, ex-presidente que antecedeu Chico Mendes no Sindicato Rural de Xapuri – Acre. Os dois foram entrevistados de forma remota e com a participação do meu grupo de pesquisa (GPTEEA). Patrícia Maria Pereira do Nascimento e Juliana Rodrigues me ajudaram também com a transcrição e organização do texto em que entrevistamos Loureiro, cujo título ficou: **A Educação Ambiental Crítica em Pessoa: Entrevista com Carlos Frederico Loureiro**. Para a entrevista de Dercy Teles, estiveram comigo Thiago da Silva Oliveira e Juliana Rodrigues de Souza (também na transcrição e organização) e com o título: **A Luta dos Trabalhadores é a Luta Ambiental e vice-versa: entrevista com Dercy Teles**.

Vamos agora apresentar os documentos relacionados a publicações feitas noutras mídias, noutras referências bibliográficas, mas que também deram identidade a esta TN 43: a resenha da obra **Pedagogia das Águas em Movimento: experiência de educação popular em saúde ambiental** feita por Alexandre Pessoa Dias, Maria Emélia Costa e Leonardo Maggi. A resenha do **Dicionário de Agroecologia e Educação: a denúncia e o anúncio de práxis que visem à emancipação humana** realizado por Anakeila de Barros Stauffer, Alexandre Pessoa

Dias e Maria Cristina Vargas. Acrescentem-se o texto clássico **A assim chamada Acumulação Flexível** (Cap.24 de O capital) de Karl Marx com a apresentação intitulada **Contradições entre Trabalho, Capital e Vida: a assim chamada acumulação primitiva” e sua atualidade histórica** por Mahalia Aquino e Lia Tiriba.

Na seção *Teses e Dissertações* há a Dissertação de Mestrado **A Educação Profissional diante da Educação Ambiental Crítica: um estudo interdisciplinar de um curso técnico em segurança do trabalho numa unidade de conservação** de Patricia Nascimento; e a Tese de Doutorado **Educação para permanecer no Território: a luta dos povos caiçaras frente à expansão do capital em Paraty-RJ** Vanessa Marcondes de Souza. Há ainda a memória do documento **Tratado de Educação Ambiental** com a apresentação **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis trinta anos depois: haverá mais 30?** de Marcelo Stortti, Michelle Sato e Celso Sanchez.

Por fim, por fim mesmo, não posso deixar de agradecer muito, mas muito especialmente à Lia Tiriba, à Sandra Morais, à Jacqueline Botelho, ao José Luiz Antunes e ao Regis Argueles pelo convite que me fizeram para integrar à organização deste número 43 da *Revista Trabalho Necessário*. Foi um trabalho antes de tudo coletivo, com uma participação intensa de cada um, mas com um processo compartilhado e pensado em conjunto. Sou um egresso do Neddade, fui aluno de alguns dos que participaram e ainda participam desse grupo, então imaginem a emoção de voltar aqui para contribuir, trazer outras interlocuções, trazer outros pesquisadores para o diálogo... É um reencontro, semelhante aos imigrantes que retornam às suas origens para rever e ser revisto. Assim, chego ao término dessa apresentação ampliando minha homenagem à professora Eunice Trein, quem me passou esse bastão, e em nome dela estendo aos outros professores e amigos da UFF... Obrigado e que todos tenham boas leituras!

Referências

BOMFIM, A. M. O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes. **Relatório de Pesquisa de pós-doutorado**. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. 2022.

BOMFIM, A. M. Trabalho, Ambiente e Educação: onde está localizado o vanguardismo dessa relação? Resumo Expandido. **Anais da 40ª Reunião Nacional da ANPED (2021)**. GT09 - Trabalho e Educação. ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_23.

BOMFIM, A. M. Educação Ambiental (EA) para além do capital: estudos e apontamentos para a EA sob a perspectiva do trabalho. **Revista Trabalho Necessário**. V. 9 – edição especial, nº 13, 2011.

BOMFIM, A. M; PICCOLO, F. D. Educação Ambiental Crítica: a questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Revista do PPGEA - FURG. V. 27, julho-dezembro, 2011.

BOMFIM, A. M; TRINDADE, M.; SILVA, F. OLIVEIRA, T. S. (orgs.) **A Questão Ambiental na Educação Básica**. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

CARDOSO, F. H. “Dois Centenários”. Jornal **O Globo**. Domingo, 02 de agosto de 2020.

CHESNAIS, F; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**. nº 16. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 71, 1997.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, nº 67, janeiro-abril, 2013.

LÖWY, M. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas/SP; Boitempo, 2002.

SAITO, K. **O Ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

TRAJBER, R; MENDONÇA, P. R. **O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?** Ministério da Educação. Unesco. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao5.pdf>.